CONSULTORIA
LEGISLATIVA
ALEPE

GESTÃO FISCAL

Informativo
1º Quadrimestre de 2023

Assembleia Legislativa
do Estado de Pernambuco

GESTÃO FISCAL

CONSULTORIA LEGISLATIVA ALEPE
ALEPE ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
A Casa de Todos os Pernambucanos

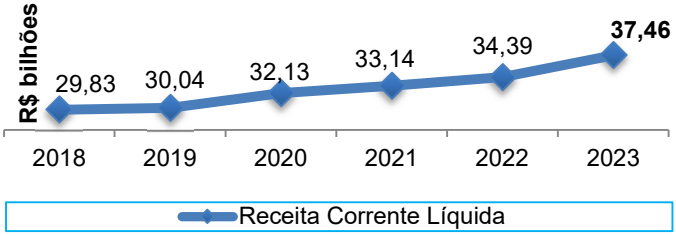
1º QUADRIMESTRE DE 2023

Receita Corrente Líquida

A Receita Corrente Líquida (RCL) representa a soma, nos últimos 12 meses (**maio/2022 a abril/2023**), da arrecadação tributária e das demais receitas correntes (patrimonial, industrial, agropecuária, de serviços e transferências correntes), deduzida, dentre outras, das parcelas entregues aos municípios por determinação constitucional. É utilizada como parâmetro para a maioria dos indicadores estabelecidos pela LRF, tais como a dívida pública e os gastos com pessoal.

Verifica-se que a RCL apurada entre maio de 2022 e abril de 2023 aumentou R$ 3,07 bilhões (8,9%) em relação aos 12 meses anteriores, atingindo seu maior valor na série histórica. Esse aumento conta com aproximadamente R$ 1,78 bilhão decorrentes das transferências do Fundef por parte da União, realizada em agosto de 2022, atendendo à Emenda Constitucional nº 114/2021. Esse valor correspondeu a 40% da dívida federal. Para 2023, conforme o artigo 4º da mencionada Emenda, espera-se o repasse de 30% dessa dívida.

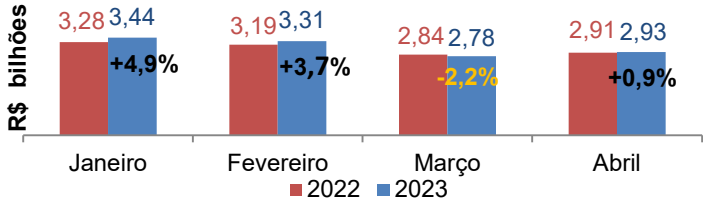
Gráfico 1 – RCL– Pernambuco (2018 a 2023)



Fonte: Relatórios Resumidos de Execução Orçamentária (2º bimestre).
*dados atualizados pelo IPCA

Como o demonstrativo da RCL traz a apuração mensal, é possível verificar os resultados obtidos entre janeiro e abril de 2022 e 2023. O gráfico seguinte traz essas informações, evidenciando avanço na arrecadação estadual em todos os meses do 1º quadrimestre.

Gráfico 2 – RCL mensal apurada no primeiro quadrimestre – Pernambuco (2022 e 2023)



Fonte: Relatórios Resumidos de Execução Orçamentária (2º bimestre).
*dados atualizados pelo IPCA

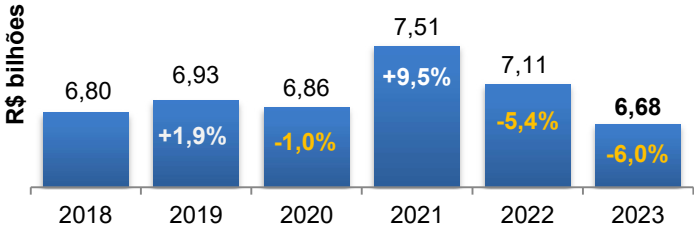
A RCL apurada entre janeiro e abril de 2023 apresentou uma variação positiva de 2,0% em relação ao mesmo período do ano anterior. Esse aumento se deu, parcialmente, pelo crescimento real de 4,7% da cota de Pernambuco no Fundo de Participação dos Estados.

ICMS

O ICMS é a receita mais relevante entre aquelas que compõem a RCL, tendo respondido por 38,5% da receita corrente bruta no primeiro quadrimestre de 2023.

Nos meses de janeiro a abril de 2023, pode-se observar uma redução de 6,0% na sua arrecadação em comparação com o mesmo período de 2022. Essa diminuição é decorrente, em parte, da alteração na legislação federal em 2022, que resultou na redução da alíquota do imposto sobre combustíveis, lubrificantes e energia elétrica.

Gráfico 3 – ICMS arrecadado no primeiro quadrimestre – Pernambuco (2018 a 2023)



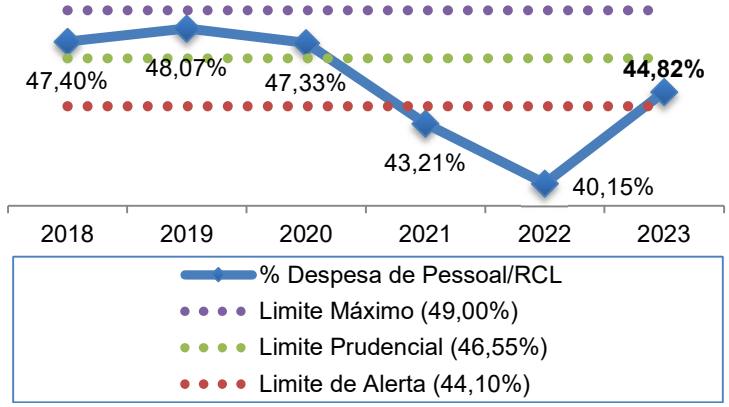
Fonte: Relatórios Resumidos de Execução Orçamentária (2º bimestre).
*dados atualizados pelo IPCA

Despesa Total com Pessoal – Poder Executivo

O indicador de Despesa Total com Pessoal (DTP) estabelecido pela LRF é fundamental para análise da saúde financeira dos entes públicos. A LRF estabeleceu três tipos de limites: máximo, prudencial e de alerta.

Nota-se que a DTP do Poder Executivo como proporção da RCL encontra-se acima do limite de alerta ao final do primeiro quadrimestre de 2023, situação que não gera restrições para aumentos de gastos de pessoal para os próximos quadrimestres, nos termos dos artigos 22 e 23 da LRF.

Gráfico 4 – Relação Despesa Total com Pessoal/RCL do Poder Executivo – Pernambuco (2018 a 2023)



Fonte: Relatórios de Gestão Fiscal (1º quadrimestre).

As análises técnicas deste documento são de autoria da Consultoria Legislativa e não representam a opinião da Assembleia Legislativa do Estado de Pernambuco, Comissões e parlamentares.

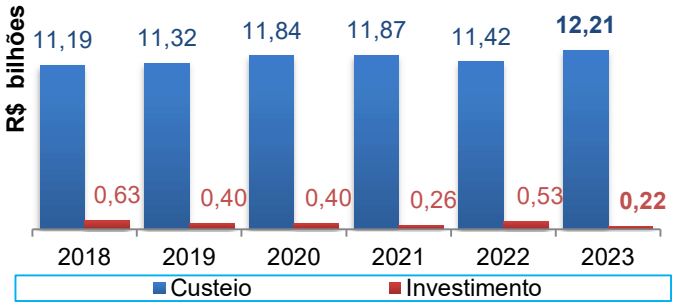
Custeio e Investimento

A relação entre custeio e investimento permite observar quanto o Estado é capaz de despender com infraestrutura e, ao mesmo tempo, manter a administração pública em funcionamento.

O custeio compreende as despesas com pessoal e com outras despesas correntes (energia elétrica, material de expediente, etc.). Já os investimentos incluem tanto as obras quanto as inversões financeiras.

Os dados publicados apontam um retorno à tendência decrescente da série histórica dos investimentos. No primeiro quadrimestre de 2023, o montante de despesas nesse quesito é de R$ 216,23 milhões de reais, o menor da série histórica observada. Por outro lado, comparado a 2022, o custeio cresceu 6,9% no 1º quadrimestre de 2023.

Gráfico 5 – Despesas com Custeio e com Investimento – Pernambuco (2018 a 2023)



Fonte: Relatórios Resumidos de Execução Orçamentária (2º bimestre).
*dados atualizados pelo IPCA

Resultado Previdenciário

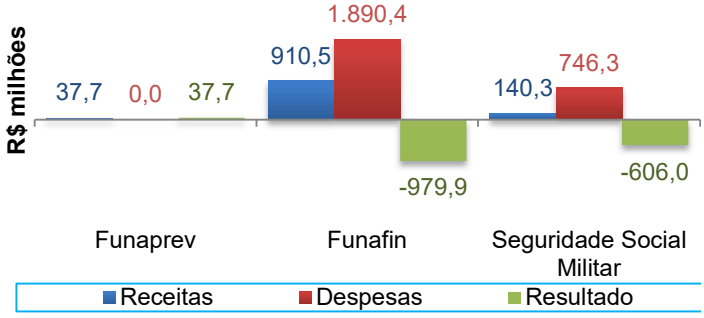
O resultado previdenciário é definido pela diferença entre as receitas e as despesas previdenciárias do regime próprio de previdência estadual.

Com a reforma de 2019, Pernambuco passou a ter dois fundos previdenciários para seus servidores civis: o Funafin (repartição simples) e o Funaprev (capitalização).

No primeiro quadrimestre de 2023, o Funafin registrou déficit de R$ 979,9 milhões, representando 51,8% da despesa total do fundo. Já o Funaprev, em funcionamento desde abril de 2020, registrou receitas que totalizaram R$ 37,70 milhões e despesas de apenas R$ 20 mil, obtendo resultado superavitário de R$ 37,68 milhões.

Por sua vez, a Seguridade Social Militar, também criada pela reforma de 2019, foi deficitária em R$ 606,0 milhões. Esse déficit deve ser coberto pelo Tesouro Estadual por força da legislação nacional.

Gráfico 6 – Resultados previdenciários e da Seguridade Social Militar – Pernambuco (1º quadrimestre de 2023)



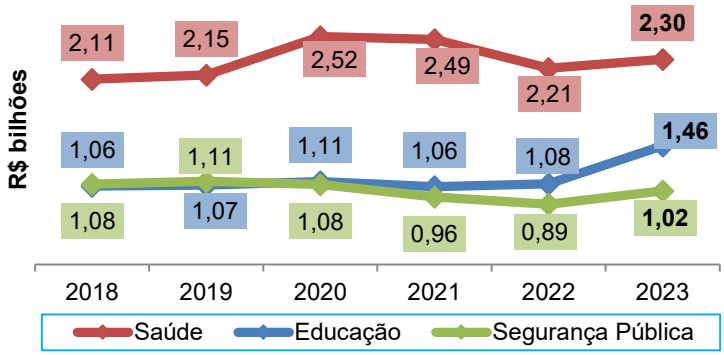
Fonte: Relatório Resumido de Execução Orçamentária (2º bimestre).

Despesas por Função

A classificação funcional da despesa permite comparar a execução do orçamento público de acordo com a área social do gasto.

Os dados, mostram aumento, respectivamente, de 3,9% e de 14,5% nas despesas com saúde e segurança pública no primeiro quadrimestre de 2023 quando comparado a 2022. As despesas com educação, por sua vez, cresceram 34,4%, muito em decorrência da concessão de reajuste prevista na Lei Complementar nº 484/2022, cujos efeitos financeiros ocorreram somente a partir de junho de 2022.

Gráfico 7 – Despesas com saúde, educação e segurança pública – Pernambuco (2018 a 2023)



Fonte: Relatórios Resumidos de Execução Orçamentária (2º bimestre).
*dados atualizados pelo IPCA

Restos a Pagar (RP)

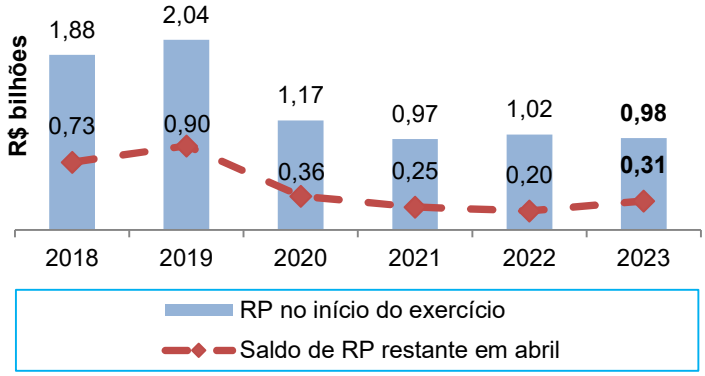
O total de restos a pagar de Pernambuco em 31 de dezembro de 2022, afora as despesas intraorçamentárias, era equivalente a R$ 988,4 milhões, sendo R$ 984,5 milhões processados e R$ 3,9 milhões não processados.

Em relação aos processados, até abril de 2023, já foram pagos R$ 672,6 milhões e cancelados outros R$ 2,9 milhões, resultando num saldo de R$ 308,9 milhões.

Quanto aos não processados, não houve cancelamento e foram liquidados e pagos apenas R$ 36,0 mil, restando um saldo de R$ 3,89 milhões a liquidar e pagar.

Considerando somente os processados, observa-se que o exercício de 2023, até o primeiro quadrimestre, apresenta um saldo a pagar 52,3% maior que o de 2022.

Gráfico 8 – RP processados no início do exercício e saldo restante em abril – Pernambuco (2018 a 2023)



Fonte: Relatórios Resumidos de Execução Orçamentária (2º bimestre).
*dados atualizados pelo IPCA

As análises técnicas deste documento são de autoria da Consultoria Legislativa e não representam a opinião da Assembleia Legislativa do Estado de Pernambuco, Comissões e parlamentares.